

Igreja começa a agir antes dos políticos

SÃO PAULO — Enquanto os prováveis candidatos à Constituinte em São Paulo preocupam-se mais com a definição dos cabeças de chapa de seus partidos (Governadores) do que propriamente com a futura Constituição, a Igreja caminha a passos firmes num trabalho de conscientização da população para a escolha daqueles que serão os responsáveis diretos pela nova carta constitucional.

Na verdade, a Constituinte vem sendo tema de encontros de todas as comunidades da Igreja, paróquias e pastorais universitárias e operárias há quase um ano. Todo esse processo culminou no documento "Por Uma Nova Ordem Constitucional", aprovado pela 24.ª Assembléia-Geral

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaiçi.

— A Igreja não vai dar as cartas, mas procurará cumprir seu dever de trabalhar em benefício do povo brasileiro. A Igreja não tem a pretensão de ficar à frente de todo esse processo, mas não pode se omitir de um dever de colaborar e criar condições para a maior participação possível de seus membros — argumentou o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida.

Dom Luciano acha que a Igreja não pode ser uma mera espectadora do processo constitucional, devendo atuar ao máximo, dentro de suas limitações. Ela não lançará candida-

tos, mas seus membros procurarão despertar o interesse dos eleitores para candidatos considerados confiáveis. Um exemplo de pessoa confiável aos olhos da Igreja é aquela que esteja comprometida com as causas dos pobres e que utilize recursos financeiros na campanha com parcimônia.

Também o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, reafirma que a Igreja não lançará candidatos próprios:

— Mas todo mundo tem o direito de estimular candidatos, pois o Brasil vai ter a Constituição que o povo conseguir fazer através dos candidatos que conseguir eleger — assinala Dom Paulo.